

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	UNIEDUCAR INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA
NOME DE FANTASIA:	UNIEDUCAR UNIVERSIDADE CORPORATIVA
CNPJ(MF):	05.569.970/0001-26
REGISTRO SICAF (UC):	170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. DA FAZENDA (CE)
REGISTRO ABED:	5.189 – CATEGORIA INSTITUCIONAL
REGISTRO CRA-CE:	PJ-3457

Metodologia: O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e materiais extras disponíveis na Biblioteca (e-books) e Videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats, etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

Avaliação/Certificação: Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

Materiais Didáticos: Os conteúdos programáticos são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); testes; além de conteúdos extras com material relacionado.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e também presencial, conforme o caso.

Sobre a Instituição de Ensino: Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Agentes Públicos na Constituição

CARGA HORÁRIA: 240 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 30 dias

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 90 dias

OBJETIVOS GERAIS:

O **Curso online Agentes Públicos na Constituição** traça uma ampla abordagem do tema dos agentes públicos, iniciando os estudos pela análise dos conceitos iniciais, os aspectos constitucionais e legais dos concursos públicos, do direito de greve dos servidores públicos, estabilidade e estágio probatório, a disciplina do sistema remuneratório dos servidores públicos, a questão da acumulação de cargos e empregos públicos.

Agentes Públicos são todos aqueles que prestam qualquer espécie de serviço ao Estado, exercendo funções públicas, abrangendo assim qualquer atividade pública.

Em seguida, o curso aborda aspectos do Regime Jurídico Administrativo e seus princípios, a organização administrativa, o ato administrativo, o serviço público e as atividades administrativas.

Em sua última etapa, o curso trabalha as questões relativas à disciplina do agente público, apresentando tópicos relacionados à teoria geral disciplinar, à verificação preliminar, sindicância e **Processo Administrativo disciplinar (PAD)**, os **sujeitos do PAD e da sindicância**, o **objeto do PAD e da sindicância**, as **fases do PAD**; as disposições Gerais da **Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)**, seus atos e sanções, concluindo com o estudo da **Ação de improbidade administrativa e medidas cautelares**.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

AGENTES PÚBLICOS: ASPECTOS INICIAIS: Introdução; Conceito de Agente Público; Classificação dos Agentes Públicos
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DOS CONCURSOS PÚBLICOS: Introdução; Requisitos Básicos para Investidura em Cargo Público;
Conceito de Concurso Público; Exceções ao Concurso Público; Prazos de Validade dos Concursos Públicos.
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS – DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS, ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO: Introdução;
Direito de Greve dos Servidores Públicos; Estabilidade; Estágio Probatório.
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS – SISTEMA REMUNERATÓRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS: Introdução; Modalidades de Remuneração;
Indenizações, Gratificações e Adicionais; Regime de Subsídios; Tetos Remuneratórios.
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS – ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS: Introdução;
Acumulação de Cargos e Empregos Públicos; Situações de Permissividade; Efeitos da Acumulação; Convalidação Constitucional.
O REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: Conceitos Iniciais; Função Administrativa; Regime Jurídico Administrativo;
Princípios do Regime Jurídico Administrativo.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E CORRELATOS DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO: Legalidade; Finalidade; Moralidade Administrativa; Presunção de Veracidade; Especialidade; Razoabilidade; Proporcionalidade; Motivação; Controle Judicial dos Atos Administrativos; Hierarquia; Controle Administrativo; Autotutela; Continuidade; Ampla Responsabilidade do Estado por Atos Administrativos; Eficiência; Devido Processo Legal; Segurança Jurídica.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: Órgãos Públicos; Classificação dos Órgãos Públicos; Competências Públicas; Administração Pública Indireta; Entidades Paraestatais da Administração Pública e Terceiro Setor; Reforma Administrativa; Agências Reguladoras; Poderes da Administração Pública.

ATO ADMINISTRATIVO: Conceitos Iniciais; Elementos do Ato Administrativo; Atributos do Ato Administrativo; Classificação dos Atos Administrativos.

SERVIÇO PÚBLICO: Conceitos Iniciais; Elementos do Serviço Público; Atividades Essenciais e de Delegação; Princípios Específicos do Serviço Público; Formas de Execução.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS: Poderes Administrativos; Poder de Polícia; Fomento.

TEORIA GERAL DISCIPLINAR: Regime Disciplinar; Direitos Fundamentais; Restrições a Direito; Devido Processo Legal; Contraditório e Ampla Defesa.

VERIFICAÇÃO PRELIMINAR, SINDICÂNCIA E PAD: Verificação Preliminar; Sindicância Investigativa; Sindicância Acusatória, Punitiva ou Contraditória; Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

SUJEITOS DO PAD E DA SINDICÂNCIA: Funções Estatais; Sujeitos do PAD e da Sindicância; Denunciante; Autoridade Instauradora; Comissão Processante; Acusado; Autoridade Julgadora.

OBJETO DO PAD E DA SINDICÂNCIA: Responsabilidade na Lei nº. 8.112/90; Objeto do PAD; Exercício das Atribuições; Sanções da Lei nº. 8.112/90; Uso Indevido do Cargo; Proteção à Intimidade e à Vida Privada; Autonomia dos Ilícitos; Revisão Processual.

FASES DO PAD: Fases da Sindicância Punitiva e do PAD; Instauração; Inquérito; Julgamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Introdução; Improbidade Administrativa; Agentes Públicos; Sanções Aplicáveis; Espécies de Ato de Improbidade.

DOS ATOS E DAS SANÇÕES: Introdução; Poderes da Administração; Enriquecimento Ilícito; Prejuízo ao Erário; Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário; Violação aos Princípios da Administração Pública; Sanções Cabíveis; Ministério Público.

AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E MEDIDAS CAUTELARES: Introdução; Ação de Improbidade Administrativa; Tutela Provisória; Tutela Provisória de Urgência; Tutela de Evidência; Espécies de Medidas Cautelares.